

# Juros, a grande preocupação

por Reginaldo Heller  
do Rio

Os cerca de quarenta empresários e executivos de empresas que participaram ontem do seminário nacional "Repensando 82", promovido por este jornal, concentraram suas preocupações, durante os períodos de debates e comentários, nas altas taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro nacional. Antônio Didier Viana, presidente da Microlab, atuante no setor de computadores, não poupou críticas à política econômica do governo, de favorecimento dos bancos comerciais, "permittendo uma transferência da riqueza de toda a sociedade para suas caixas". Didier Viana foi tão enfático que chegou a sugerir maior tributação dos lucros dos bancos, até mesmo de 70%, para que eles revertam à sociedade os ganhos obtidos por uma política econômica que não tinha muitas alternativas, dadas as condicionantes externas.

Os participantes cariocas dos debates, no entanto, preferiram aproveitar a oportunidade que lhes era dada para obter esclarecimentos técnicos sobre a conjuntura nacional, mediante uma sucessão de perguntas endereçadas ao coordenador local, o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, da Unicamp. Este, também, não poupou críticas à política que induziu, nos últimos anos, a taxas reais de juros das mais altas em todo o mundo, três a quatro vezes mais altas que em outros países, como Estados Unidos, Japão, Alemanha e França, apontando três fatores como principais responsáveis:

1 — A estrutura de intermediação financeira, caracterizada por oligopolização do crédito; 2 — Contingenciamento do crédito; 3 — A política de dívida pública praticada pelo Banco Central.

A respeito das mais recentes medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, o economista paulista afirmou que elas tendem a irradiar uma elevação das taxas de juros, caso o patamar de correção

mensal se mantenha em 7%, e, portanto, se torna necessário, em sua opinião, degradar a correção monetária lentamente, ao mesmo tempo que os juros passam a ser pós-fixados. Contudo esse remédio só funcionará se, também, a taxa de inflação ceder no mesmo período. Ele sugeriu, ainda, a reintrodução de alguns mecanismos de controle de preços acompanhando a degradação da correção monetária.

A face externa da economia brasileira também absorveu o interesse dos participantes do seminário. Airton Queiroz, da Xerox, levantou questões relativas à renegociação da dívida externa, quando Beluzzo defendeu a opinião de que a renegociação é um fato inexorável, ainda que não imagine as condições em que será feita. Lembrou-se, inclusive, da afirmação do presidente da República em Manaus, de que a dívida externa, hoje, atinge US\$ 80 bilhões. Mereceu um comentário de Beluzzo de que "a estrutura da dívida não é tão saudável, especialmente quando se observa a dívida contabilizada pelo Banco Central".

Segundo ele, há também o interesse contrário dos principais executivos de bancos estrangeiros responsáveis pela dívida brasileira — ele chegou a citar Tony Gebauer, do Morgan Guaranty —, cuja simples admissão da impossibilidade de o Brasil pagar seus compromissos significaria sua condenação profissional junto aos acionistas dos bancos.

Finalmente, a respeito da recessão, Beluzzo afirmou que, num processo de contenção, os governos estaduais, especialmente os eleitos pela oposição, serão os mais atingidos, já que não disporão de recursos sequer para custeio administrativo. E descartou, em sua opinião, a idéia de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro pelos seus efeitos danosos, muito mais predominantes que os eventuais efeitos benéficos, como o recrudescimento inflacionário, sem chegar a estimular as exportações, dependentes especialmente do movimento protecionista internacional.